

Relações de gênero na cidade – Florianópolis, 1900-1930*

JOANA MARIA PEDRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
VANDERLEI MACHADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

A cidade de Florianópolis, durante a Primeira República, vivenciou uma série de transformações em seu espaço urbano. Segundo os gestores da cidade, era preciso modernizar a capital do estado de Santa Catarina. A modernização que ocorreu na cidade, como procuraremos demonstrar, se fez acompanhar de uma série de práticas e representações que, simultaneamente, visavam instruir a “modernização” dos comportamentos de homens e mulheres que circulavam pela cidade. Com este intento, a imprensa de Florianópolis divulgava artigos que informavam aos leitores sobre quais eram os comportamentos esperados de homens e mulheres no espaço urbano. Esta definição compunha novas configurações nas relações de gênero, vinculadas à noção de urbano, moderno e distinto.

Palavras-chaves: Gênero; Cidade; Representações.

ABSTRACT

During the first Republic, the city of Florianópolis went through a series of urban transformations. According to the city's administrative officials, the capital of Santa Catarina State had to be restructured. Such modernization came along with several practices and representations that simultaneously aimed to instructing the gender behaviors to the ones who circulated around the town. Articles in the press showed men and women how they should behave. In this way, they composed the new gender relation configurations, associated to the notions of urban, modern and exquisite.

Keywords: Gender; City; Representations.

“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as resposta que dá às nossas perguntas.”

Ítalo Calvino

EM FLORIANÓPOLIS, DURANTE A PRIMEIRA República, o termo “moderno” figurava quase como uma obsessão. Era mencionado nos discursos oficiais, nos reclames publicitários, nos artigos dos periódicos e na literatura em geral. Porém, ele quase nunca aparecia sozinho. Era comum figurar ao lado de termos como higiene, urbanidade, disciplina e distinção. Estas palavras passaram a compor a imagem da cidade que se almejava alcançar.

Mas não bastava, para os gestores da cidade, inscrever essa modernidade somente nas pedras dos prédios públicos, nas residências da elite, no alinhamento das praças e das ruas – muitas, até então, poeirentas nos dias de sol e cobertas de lama nos dias chuvosos. Era preciso, também, marcá-la nos corpos dos habitantes da cidade-capital de Santa Catarina. Havia o medo de que Florianópolis ficasse para trás, não somente em relação aos grandes centros do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em relação às cidades do interior do Estado, como Joinville e Blumenau, onde a industrialização e a agricultura geravam maior desenvolvimento econômico do que na Capital.

Para evitar tal situação, era preciso, além de reestruturar o espaço urbano, intervir nos corpos dos habitantes da cidade. Um povo limpo e ordeiro significava um povo sadio, capaz de aumentar a produção e as riquezas da cidade. Nos jornais, os leitores e leitoras eram bombardeados por uma série de artigos que insistiam na necessidade de se vacinar a população (*Gazeta Catarinense*, n. 197, 05/09/1908), e por anúncios de remédios e produtos de higiene descritos como verdadeiras panacéias para os males que afligiam os corpos de homens e mulheres.

Entre as mudanças reivindicadas, encontrava-se aquela que tentava definir esferas separadas de atuação para homens e mulheres, além da separação por classe social. Os que se consideravam gestores da cidade definiam, assim, novas relações de gênero e lugares de classe. Estamos entendendo relações de gênero “como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990). A definição de gênero tentava estabelecer o que era ser homem ou mulher, de maneira muito nítida; estabelecia comportamentos e sentimentos esperados, além de condenar práticas consideradas antigas. Por lugares de classe, entendemos a definição de espaços distintos para pobres e ricos. Estes lugares, embora não fossem separados por barreiras físicas, eram, entretanto, definidos por normas de vestir e principalmente de se comportar (Elias, 1994).

Convém destacar que, o que estava ocorrendo em Florianópolis naquele início de século XX, era muito semelhante ao que se podia ver em inúmeras outras cidades. A historiografia recente tem mostrado como as propostas de reformas urbanas definiam, junto com a nova organização do espaço na cidade, novas configurações de gênero. Este processo pode ser observado em diferentes temporalidades. Em alguns lugares ocorreu já no século XIX, como Maria Odila Dias (1984) apontou em São Paulo, na década de 30 do século XIX; em outros, no século XX (Rago, 1985; Soihet, 1989; Pedro, 1998; Machado, 2007; Wolff, 1999). Entretanto, o que se observa também é que, apesar do intenso investimento nestas novas relações de gênero, práticas antigas permaneceram instruindo as formas de viver.

No início do século XX, em Florianópolis, a Praça 15 de Novembro, com seu jardim denominado Oliveira Belo, foi sendo transformada num dos principais espaços de encontro de filhos e filhas de famílias ilustres da cidade. Nota-se, principalmente na década de 1920, o surgimento de uma sociabilidade que, ao contrário daquela predominante no século XIX, representada pelos bailes nos clubes sociais, passou a se desenvolver também no espaço público. Na praça,

rapazes e moças, que eram denominados como “almofadinhas” e “melindrosas”, encontravam-se aos domingos para o *footing* e o *flirte*. Nos cafés da praça, os homens discutiam de forma acalorada as questões relacionadas à política local e nacional. Nas ruas laterais concentravam-se os cinemas, como o “Ponto Chic”. Na baía sul, em frente à praça, ocorriam as disputas entre os clubes de remo da cidade. As famílias, em seus trajes domingueiros, acorriam ao cais para assistir às pugnas entre as agremiações locais.

Estes eram lugares de sociabilidade distinta (Elias, 1994). Aí, somente pessoas de camadas médias se sentiriam à vontade para circular. Estamos entendendo por sociabilidade

(...) los contactos, relaciones, encuentros, intercambios cara a cara y directos gestados entre dos o más personas. Pensamos en las interacciones sociales que implicaban ‘deberes’, ‘derechos’, ‘expectativas’ y supuestos apoyados en valores y en un sistema de creencias (Gayol, 2000, p.14-15).

No período em estudo, era comum encontrar, nos jornais, críticas ao que consideravam anti-higiênico na moda. Também faziam circular novos gostos em termos de vestuário e *toilette*. Para as moças, ter seu comportamento ou sua maneira de vestir discutido nas páginas da imprensa não era uma novidade, pois isso já ocorria desde o século XIX. A novidade ocorre no fato de os homens passarem a ser alvo desses mesmos comentários. Deles, passou-se a exigir que circulassem pela cidade bem trajados, que fossem cordiais e asseados. Ia sendo construída, assim, a idéia de que o tipo masculino ideal era infalível, retilíneo, pontual e correto em todas as posturas, em condições de tornar-se o perfeito empresário, funcionário, operário, pai, mestre, amigo e esposo. Tais representações apareceram na Florianópolis do início do século XX, onde homens e mulheres viviam um tempo de mudanças. As transformações no espaço urbano, como se procurará demonstrar, ocorreram paralelas à divulgação de um conjunto de práticas e representações que passaram a problematizar/instruir os comportamentos de gênero na cidade.

O conceito de representação e a categoria gênero de análise são centrais no presente estudo. As representações, no dizer de Roger Chartier (1990, p.17) “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Portanto, as representações que eram divulgadas pelos jornais acabavam por produzir “estratégias e práticas (sociais, escolares, polí-

ticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menos-prezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. A divulgação destas representações incluía o que era valorizado e o que devia ser evitado. Constitui-se, desta forma, o gênero, ao definir os homens em relação às mulheres; mas, também, homens considerados “civilizados” em relação aos demais, e mulheres “distintas” em relação às outras. Buscavam, desta forma, dentro de uma correlação de forças, suprimir comportamentos que não correspondiam ao modelo de cidade civilizada idealizada pela elite local.

Corpos como metáforas da cidade

OS LEITORES DO JORNAL *O Estado* (n.1129, 07/02/1902), no limiar do século XX, depararam-se com um enorme anúncio, que ocupava quase uma página inteira, da *Emulsão de Scott*. Com base nos preceitos higiênicos da época, um imenso sol lançava seus raios redentores sobre uma praia. Nesta encontrava-se toda uma série de bactérias em cujos corpos estava escrito o nome da moléstia que provocavam, como Tísica, Tosse, Anemia, Escrófula e Tuberculose. Ao serem tocados pela luz solar e ante o seu poder saneador, os microorganismos causadores das doenças que assolavam as principais cidades brasileiras daquele período, fugiam aterrorizados. No dia seguinte, o mesmo produto era anunciado, mas agora no lugar do sol surgia a figura de um guerreiro. Este tinha um corpo branco, jovem e atlético, possivelmente numa alusão a Apolo, o deus-sol que, assim como na lenda, matava uma criatura terrível que representava as doenças.¹ Essa alegoria remetia tanto para uma “luta” pelo saneamento das cidades, dessa maneira expulsando as epidemias, quanto para o fato de que também os corpos de seus habitantes deveriam ser fortes para combater as infecções causadas pelos agentes das doenças.

Nos artigos e peças publicitárias estampados na imprensa de Florianópolis, entre 1900 e 1930, a exemplo do anúncio da *Emulsão de Scott*, sobressaía a imagem do corpo masculino, branco, jovem e musculoso. Força e músculos eram considerados atributos prestigiantes da masculinidade. Segundo as imagens divulgadas na imprensa, a saúde masculina exteriorizava-se num corpo forte, ereto e jovem.

Já o corpo feminino saudável era aquele marcado pela alvura da pele, a ausência de manchas e anemias. O jornal *O Dia*, em 1909, divulgou um anúncio da *Emulsão de Scott* que trazia o depoimento de uma mãe que teria utilizado aquele medicamento no combate à anemia da filha. No reclame, o anunciante lembrava:

Nada desfeia [sic] mais o rosto das senhoritas como a cor macilenta, os cravos, espinhas, eczemas e outras erupções da pele que provêm da impureza do sangue. A *Emulsão de Scott* regenera e enriquece o sangue, melhor e mais rapidamente que nenhum outro remédio, expelle do sistema toda a impureza e dá à tez a cor rosada que é o distintivo de beleza e saúde” (*O Dia*, n. 4312, 6/08/1909).

A beleza, considerada atributo exclusivamente feminino, passou a ser relacionada, entre outras coisas, com a saúde e a boa circulação do sangue. Para as mulheres, a beleza era o distintivo de um corpo saudável, o que as tornava aptas para a maternidade. Convém destacar que, embora a beleza tenha uma longa história como atributo das mulheres, em cada momento e situação, as relações de gênero definiram diferentes formas do que seria considerado como beleza feminina (Oliveira, 2005).

Elisabeth Badinter (1993, p.9) assinala o início do século XIX, na Europa, como sendo o do “triunfo do dimorfismo radical”, quando a biologia tornou-se o fundamento epistemológico dos preceitos sociais. Neste quadro, o útero e os ovários definiam a mulher e consagravam sua função maternal, bem como faziam dela uma criatura em tudo oposta ao seu companheiro. A heterogeneidade dos sexos passa a comandar destinos e direitos diferentes. Dentro dessa perspectiva achava-se a mulher, “fortalecida com seu poder de gerar”, reinando como senhora absoluta no lar, orientando a educação dos filhos e sendo constrangida pela lei moral que decide sobre os bons costumes. Pertencia ao homem o resto do mundo: incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública é seu elemento natural. Estas imagens passaram também a ser divulgadas na imprensa de Florianópolis no início do século XX; junto delas vinham ainda, os alertas contra aquelas que teimavam em não segui-las.

Nas páginas dos jornais da cidade, por exemplo, as mulheres suspeitas de infanticídio eram acusadas de serem “Mães desnaturadas” e, embora dificilmente fossem condenadas à prisão, as manchetes de jornal, com estas acusações, o interrogatório na polícia, os depoimentos dos vizinhos (Pedro, 2003), constituíam uma forma de vigilância e pedagogia dos comportamentos, definindo sentimentos de gênero.

A manutenção de um corpo forte e saudável, segundo a imprensa, era a condição necessária para o homem, com o seu trabalho, prover a família em suas necessidades e concorrer para a grandeza da nação. Além dos tônicos, emulsões e elixires, a virilização da raça poderia ocorrer também através dos exercícios físicos. Nesse sentido, em 1919, o jornalista catarinense Crispim Mira, num artigo

publicado no jornal *República* (n.211, 18/06/1919), afirmava que, para se cumprir o papel reservado ao Brasil na América do Sul, a exemplo da importância que os Estados Unidos da América desempenhava no norte do continente, era necessário construir, pelo exercício físico e pela higiene, homens de músculos e de saúde, capazes de realizar as obras características das nacionalidades fortes. Conforme o jornalista, a Grécia dominou o mundo “enquanto foi contemporânea dos jogos olímpicos, que lhe comunicavam, a par da beleza vigorosa de seus efébo, o culto do trabalho e da verdade”. Além da Grécia, as potências que a seguiram, assim como ocorria com os Estados Unidos, somente foram grandes porque possuíam uma população forte. E o autor concluía, exortando a juventude: “é esse homem apolíneo, esplendor da saúde e do júbilo, que criará o Brasil do futuro [...]”. Destaca-se, neste texto, a noção de corpo como uma construção, que poderia ser realizada através dos exercícios físicos, distanciando-se do mundo natural.

A virilidade, como já foi dito acima, era representada pela imagem do corpo branco, forte e ereto. Nesse sentido, o indivíduo fraco e doente era desvirilizado. Segundo alguns anúncios, o homem doente não tinha condições de corresponder nem ao chamamento da pátria para criar o “Brasil do futuro”, nem ao papel de trabalhador e chefe de família prescrito socialmente. O fabricante das *Pílulas do dr. Heinzelmann* lembrava que enfermidades, do intestino e do estômago, deixavam o homem prostrado sobre a cama muitas horas, forçando-o a faltar ao trabalho e a “descurar dos deveres de pai de família” (*República*, n.29, 01/11/1918). Ou seja, o homem não poderia ficar doente, sob pena de não cumprir seu papel de provedor. Nos anúncios das *Pílulas de Foster*, que prometiam agir sobre as dores dos rins, afirmava-se que muitos homens, apesar de “incapacitados”, persistem trabalhando por “temor de perder o emprego e o sustento” (*O Estado*, n.1357, 11/11/1919). As fortes dores nos rins, conforme várias peças publicitárias das *Pílulas de Foster*, faziam com que o homem tivesse que curvar seu corpo, (*O Estado*, n.1084, 19/12/1918) perdendo assim a sua forma ideal, saudável e ereta, símbolo de honradez, virilidade e de juventude. Nota-se que estas representações ganharam a luz da publicidade num momento em que era recente a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado no Brasil. Naquele contexto, o trabalho deixava de ser compulsório, passando os trabalhadores a não mais se constituírem em propriedade do senhor para se tornarem livres (Soihet, 1989, p.7).

Podemos observar, aqui, as novas exigências voltadas para a constituição do gênero. Dos homens, esperava-se que fossem provedores da família: para

isso, precisavam ser fortes. Das mulheres distintas, oriundas das camadas médias, exigia-se que aparentassem ociosidade, numa clara continuação com valores anteriores, ligados à sociedade que mantinha a escravidão. As mulheres distintas deveriam restringir-se ao lar, dedicando-se, exclusivamente, às atividades de mãe, esposa e dona-de-casa.

A imagem que relacionava a doença com a falta de iniciativa para o trabalho, ou seja, do trabalhador indolente, foi bastante recorrente na imprensa da cidade de Florianópolis durante os anos 1920 (*República*, n. 372, 01/01/1920). Neste período, foram várias as ações governamentais que visaram a combater as moléstias que, segundo preconizavam os discursos médicos-sanitaristas, degeneravam a população e impediam a prosperidade econômica do Estado. Entre as moléstias a serem combatidas, estava a ancilostomíase, que, segundo apurou a *Missão Rockefeller*, contratada pelo governo para desenvolver trabalhos de profilaxia e saneamento no Estado, infectava 90,8% da população litorânea de Santa Catarina, incluindo a Capital (Araújo, 1989, p. 182).² Tal verminose, acreditava-se, era um dos responsáveis pelo abatimento físico e moral do habitante do litoral catarinense.

A força física, como se depreende dos anúncios publicitários, era um atributo prestigioso da masculinidade; entretanto, deveria “ser limitada, regrada dentro de preceitos ‘civilizados’ do bem viver, medindo suas expressões, evitando-se a violência e a agressão” (Matos 2000, p. 60). Ou seja, não bastava possuir um corpo saudável, era preciso conter os impulsos e manter o autocontrole. É também desta época a campanha da imprensa contra as manifestações de violência física na cidade.

Nas páginas dos periódicos, percebe-se que as notícias referentes a crimes violentos e brigas, tendo homens como protagonistas, passaram a figurar com maior regularidade. Foi nesse período, também, que a imprensa passou a noticiar com maior frequência prisões por desordens, gatunagem e por embriaguez. A perseguição a tais práticas, que até então eram mais toleradas ou que não tinham sido problematizadas por parte da imprensa, demonstra que uma nova sensibilidade ligada ao espaço urbano estava se instaurando. As expressões de violência, segundo a imprensa da época, eram o resultado da degeneração física e moral, causada pela habitação em locais insalubres, por uma vida desregrada e agravada pelo convívio em concubinato (Rago, 1985, p. 163-172). Ou seja, a violência era uma questão de classe.

O desenvolvimento urbano vivenciado por Florianópolis, ainda que incipiente quando comparado com outras capitais brasileiras da época, e a manifestação de

novas formas de lazer na cidade, como o *footing* na Praça XV, as retretas no Jardim Oliveira Belo e as sessões de cinema, ocorreu paralelamente à emergência/recrudescimento de uma certa intolerância para com as pessoas que escapavam às representações de civilidade e urbanidade então divulgadas, tais como os/as loucos/as, os/as mendigos/as, os/as desordeiros/as e toda uma série de trabalhadores/as maltrapilhos/as que destoavam das novas toaletes da elite da cidade.³

A circulação pela cidade exigia um comportamento adequado, em que todas as atitudes masculinas e femininas fossem previsíveis. Os homens e mulheres cujos modos de proceder fossem pautados pelo descontrole das emoções, aqueles que se entregavam aos vícios, como o jogo e o hábito de consumir bebidas alcoólicas, que lhes privava da razão e os fazia perder o “domínio de si”, passam a ser vistos como elementos nefastos ao convívio no espaço urbano. O espaço urbano deveria ser um lugar para circulação das classes “distintas”.

A imprensa denunciava como distúrbios da ordem pública certas formas de lazer e de resolução de conflitos interpessoais, utilizados pela população pobre de Florianópolis. Mas não eram somente estes que afrontavam as normas de urbanidade que se buscava instaurar. Em 1908, o jornal *O Dia* passava a denunciar, com maior regularidade, entre outras coisas, as brigas de jovens colegiais (*O Dia*, n. 3006, 10/03/1908), o “charivari” que certos mocinhos mantinham na platéia do teatro Álvaro de Carvalho (*O Dia*, n. 4087, 20/10/1908), e o mau comportamento de alguns filhos de distintas famílias no recinto da matriz (*O Dia*, n. 4059, 15/09/1908). O mesmo jornal criticava, ainda, as atitudes inconvenientes de alguns rapazes “filhos de pessoas respeitáveis”, que faltaram ao respeito devido para com seus pais e a sociedade. Sem dizer qual tinha sido a atitude inconveniente e o local em que ela ocorreu, o articulista ameaçava que, caso os mesmos não mudassem seus comportamentos, teriam seus nomes publicados pela imprensa. Possivelmente, devido ao fato de os jornais ficarem somente nas ameaças, os ditos rapazes de família continuaram com suas algazarras, protegidos pelo anonimato. Em 1927, o jornal *O Estado* noticiava:

Desordem. Houve, ontem no Estreito, mosquito por cordas (sic) em virtude dos vapores do álcool terem subido à cabeça de vários rapazes da nossa cidade, os quais, para ali se dirigiram à noite, em alegre serenata. Levantaram-se punhos, puxaram-se revólveres, tendo, entretanto, tudo acabado em paz, sossego e harmonia, devido à intervenção de várias pessoas daquela localidade” (n. 3809, 12/02/1927).

Apesar de os rapazes terem cometido vários atos que eram severamente recriminados se feitos por pobres, como o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, a serenata em altas horas da noite e de terem se atracado, seus nomes não foram publicados e nem sequer a ação da polícia foi invocada. O rapaz que almejasse casar com uma moça de “boa família” – o que possibilitava alargar o seu capital de relações sociais, e de conseguir um bom emprego, fundamental para se desempenhar o papel de provedor após o casamento –, não podia ficar conhecido como desordeiro e valentão, enfim como indivíduo não respeitador dos preceitos sociais. Diferentemente do tratamento dispensado aos filhos brancos das chamadas famílias de bem, os homens e mulheres pobres da cidade eram geralmente identificados pela cor da pele e seus “maus” comportamentos eram considerados como frutos do seu modo de vida desregrado e da degeneração física e moral advinda da habitação em locais insalubres.

Sociabilidades e representações de gênero na cidade

A capital catarinense é talvez um pouco triste, para os que estão acostumados nas cidades movimentadas e ruidosas, onde a vida nas ruas, nos cafés, nas BRASSERIES e teatros, constitui, durante o dia e a noite até altas horas, perene diversão pública, saturando a atmosfera em volta de alvoroço e alegria [...] (Várzea, 1985, p. 33).

ESTE TEXTO DE AUTORIA DO POLÍTICO E ESCRITOR catarinense Virgílio Várzea, publicado pela primeira vez em 1900, remete-nos a um momento em que uma parte da população de Florianópolis passava a ansiar por dotá-la de signos de modernidade. Entre tais signos, estavam os “cafés”, que, para o autor, eram também um sinal de progresso. Os cafés representavam um espaço de sociabilidade urbana e se contrapunham às tavernas então existentes na capital catarinense. Estas eram freqüentadas por todos os tipos de homens, soldados, trabalhadores a jornal, brancos e negros. A partir de 1910, pode-se perceber o aumento do número de estabelecimentos denominados de “Cafés”, que foram se instalando no entorno da praça central da cidade. Estes passaram a ser espaços nos quais os homens falavam a respeito de política, liam e comentavam o noticiário local e dos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Leitura de jornais, degustação de bebidas e quitutes regavam as conversas soltas. As conversas

em torno da bebida eram, muito provavelmente, regidas pelas histórias exageradas, entre as quais estavam as conquistas amorosas e sexo.

Um relato sobre tais narrativas pode ser encontrado num romance autobiográfico do advogado, político e jornalista catarinense Renato Barbosa, que viveu sua juventude na Florianópolis dos anos vinte. Entre os vários eventos narrados, o autor descreveu as memórias de uma noite em que ele e outros rapazes, filhos de famílias influentes da cidade, se reuniram no “café do Ligocki”, em torno de “cálices de fogo Paulista, – a bebidinha da garotada dessa geração”, para contar vantagens “com empregadinhas da época”. Renato Barbosa (1979, p.140) relata que “cada um buscava contar enormes vantagens no setor sexual e um deles se vangloriava de persistente gonorréia que apanhara na zona dos Dardanelos, havia três meses, e ainda estava purgando...”. Sentindo-se intimamente humilhado e procurando não se sentir inferior aos amigos, que carregavam nas tintas ao narrar suas aventuras sexuais, o jovem Sílvio, personagem principal, animado pela bebida, passou a discorrer a propósito de uma suposta conquista, digressão esta marcada pelo colorido erótico. A influência das leituras de obras de Olavo Bilac, presentes na narrativa, e a referência ao nome de uma das personagens do “Príncipe dos Poetas”, fez com que um dos presentes o desmascarasse. “Foi um esguicho de água gelada, na brilhante descrição sexual de Sílvio” (Barbosa, 1979, p. 140).

Além dos devaneios sexuais e literários, nos cafés também se colhiam muitas das notícias que estampavam os jornais locais. Um exemplo era o jornalista Paulo Pimentel, do jornal *A Opinião*, que produzia uma coluna intitulada “Binóculo Elegante e Noticioso”. Em 1915, Paulo Pimentel escrevia: “que delícia o estar sentado à *terrasse* do *Café Natal*, vendo passar todo o catarinense *Bottin* [sic.] elegante!” (*A Opinião*, n. 39, 01/04/1915). Em suas colunas, o articulista incitava a população masculina “elegante” a fruir das lindas noites daquele outono, passeando pelo jardim “Oliveira Belo e a gozar pela Praça 15!”. Ilustrativo do pensamento, então em voga, foi o fato de o autor não fazer o mesmo convite às “catarinenses elegantes” que ele descrevia em sua coluna. Estas, segundo o pensamento misógino da época, ainda não deveriam “gozar” à luz do luar, nem sozinhas, nem acompanhadas.

Em seus anúncios, os Cafés da Praça XV faziam questão de atestar o seu caráter ordeiro e familiar. Tal característica significava que o estabelecimento não permitia a presença de ébrios, mulheres desacompanhadas, desocupados, arruaceiros, entre outros que passavam a ser considerados como indesejáveis. Os estabelecimentos que foram surgindo a partir dos anos 1910 apresentavam

uma grande diferença em relação ao tom alegre e heterogêneo do *Café Moura* que, em 1907, anunciava:

No Café Moura
Finos charutos, cigarros
Para velhos, moços bizarros
Do café freqüentadores;
Negociantes, artistas
Bons atores e coristas
Deputados e doutores;
Todos lá encontrarão
Trato ameno e prontidão
A qualquer que seja a hora;
Tudo ali é aseado
Pode ser freqüentado
Mesmo por uma senhora!
(*O Dia*, n. 1804, 02/03/1907).

Neste ambiente descontraído, eclético e cosmopolita do *Café Moura*, que reunia velhos, moços, atores, coristas, deputados e doutores, segundo o tom alegre do anúncio, o “asseio” era provavelmente o único atrativo para uma “senhora” de bem, segundo os padrões que passaram a vigorar ao longo do período em estudo. Os bares e cafés de Florianópolis, notadamente a partir da primeira década do século XX, como se observa nos reclames, mesmo os que se intitulavam “familiares”, eram espaços prioritariamente masculinos. Uma “senhora de família”, possivelmente, só poderia freqüentá-los acompanhada do marido e ocupando os “espaços reservados”.

As mulheres desacompanhadas que desejassem freqüentar os bares e cafés, independentemente de o ambiente ser ordeiro ou não, corriam o risco de serem tratadas como mulheres ditas mal faladas. Estas mulheres, que freqüentavam os bares da cidade, estiveram muitas vezes sujeitas a atos de violência cometidas por parte de alguns homens. Violência à qual a imprensa dava pouca atenção. Em 1923, uma moça de 18 anos, de nome Diorínia, juntamente com algumas amigas, foi ao *Club dos Bohemios*, situado na Rua João Pinto, onde se encontravam também alguns homens, que jogavam bacará. Diorínia, que, segundo os registros das autoridades judiciárias, usava o pseudônimo de Anita, foi ameaçada de ser agredida por um dos presentes, devido ao fato de

ter se recusado a sentar-se à mesa em que ele estava. A agressão somente não se efetivou devido à intervenção de um outro homem presente (Pereira, 2004, p. 103). O fato de Diorínia e suas amigas estarem em um local “público” as tornava, segundo a concepção misógina da época, também “mulheres públicas” e sujeitas aos caprichos masculinos.

Um café que permitisse a presença de “mulheres de vida fácil” colocava em risco a reputação de “ordeiro”, que o credenciava também para ser freqüentado pelas “distintas famílias”. Um articulista do jornal *O Estado*, no ano de 1927, chamava a atenção das autoridades competentes para o “antro de depravação” em que havia se transformado o *Café Guarany*, situado no Estreito, na parte continental da cidade. Aquele estabelecimento – continuava o jornalista – estava sendo freqüentado por “mulheres de vida fácil como Maria de Paula de Souza, detida recentemente por portar-se inconvenientemente”. Além disso, mulheres de “reputação duvidosa” haviam sido contratadas pelo proprietário, sendo este um motivo de grande escândalo para os fregueses (*O Estado*, n. 3791, 22/01/1927). Nesta nota, salta aos olhos tanto o preconceito de classe quanto o preconceito de gênero. Possivelmente, a alegada “reputação duvidosa” das empregadas devia-se também ao fato de elas freqüentarem e trabalharem num espaço que se queria prioritariamente masculino. Um único anúncio requisitando “uma moça” para trabalhar de “garçonete” foi publicado pelo *Café Vasconcellos*, em 1926.

Urbanização, gênero e formas de sobrevivências.

ALÉM DO PENSAMENTO MISÓGINO, PRESENTE na imprensa da época, o declínio econômico, vivenciado pelo porto da cidade, contribuía para restringir as oportunidades de emprego assalariado para os homens e mulheres pobres da cidade. Tal situação prejudicava o comércio local. A produção agrícola e industrial era diminuta. Vinha de outras regiões do Estado grande parte dos produtos necessários ao abastecimento local.

Na imprensa da época, sobressaía a representação da mulher nas funções de esposas, mães e donas-de-casa. Tais funções eram valorizadas socialmente, sendo a casa o espaço privilegiado da mulher. Um trabalho remunerado fora de casa, embora pudesse ser aceito como complementação de rendimento familiar, era encarado como exceção, e temporário, visto que o marido ideal era aquele cujos rendimentos poderiam manter a família sem a ajuda “complementar” da esposa.

Enquanto nas camadas populares o trabalho das mulheres fora de casa podia ser aceito, nas classes médias, com aspirações de ascensão social, a “ociosidade” era forma de ostentar distinções. Em Florianópolis, por exemplo, não surgiram movimentos em favor do voto para mulheres.

As mulheres da elite e da classe média desta cidade mantiveram-se, em sua maioria, em ocupações de esposas e professoras. Algumas, porém, despontavam como donas de lojas, outras como proprietárias de casas, terrenos, chácaras etc. Ao longo do período estudado, algumas mulheres ocuparam cargos na administração pública estadual como diretoras dos Grupos Escolares, operadora da estação de telegráfica, datilógrafas, entre outros. Algumas mulheres expuseram-se, publicamente, como escritoras; porém, com exceção de Antonieta de Barros, apresentaram um discurso tão ou mais conservador que aqueles dos homens que escreviam nos jornais.⁴ Estas mulheres, por seu comportamento e discurso, demonstravam o quanto eram distintas das demais mulheres, que não participavam dos grupos de comando.

As reformas urbanas das primeiras décadas do século XX, em Florianópolis, contaram, além de recursos públicos oriundos de impostos, com vultosos empréstimos internacionais, além de convênios. Estas obras, como a construção da Avenida Hercílio Luz e da ponte que ligava a Ilha ao continente, certamente apresentavam-se como uma oportunidade de trabalho, ainda que temporário, para os homens pobres da cidade. Para os homens da elite local, que encontravam nos cargos públicos direitos e vantagens proporcionadas pelo Estado, tais empreendimentos garantiam rendas, na forma de contratos, e a manutenção de seus parentes e afilhados em cargos da administração pública.

Pelo menos dois tipos de trabalho feminino, que muitas vezes eram executados simultaneamente, foram dificultados pelas reformas urbanas: a lavagem de roupas e a prostituição.

A canalização dos cursos d’água para a construção da Avenida Hercílio Luz; o aterro de áreas consideradas insalubres; a retirada da população pobre das áreas centrais, vinculada, na época, às questões de salubridade; a delimitação dos espaços sociais, tudo isso impediu que as lavadeiras continuassem exercendo seu trabalho nos córregos que cortavam o centro urbano, e que ficavam próximos, tanto das freguesas quanto das casas das lavadeiras.

A preocupação com a salubridade motivou, também, tentativas mais efetivas, no início do século XX, para regulamentar a prostituição. Os jornais de Florianópolis discutiam inúmeras medidas que estavam sendo tomadas em centros maiores, para disciplinar a prostituição. As discussões giravam em

torno, ou da eliminação da prostituição, ou de sua regulamentação. O que os jornais refletiam era toda uma preocupação em delimitar espaços higienizados para as famílias, preocupação esta que, de longa data, vinha causando discussões acirradas na Europa e no Brasil, nos grandes centros.

A prostituição era uma atividade desempenhada paralelamente a outras. Muitas mulheres a exerciam, ao mesmo tempo em que eram doceiras, vendedoras, costureiras, lavadeiras, etc. Era, para muitas, uma atividade eventual, o que tornava difícil sua regulamentação.

Enquanto, para as mulheres das camadas populares, a sobrevivência continuou sendo garantida, principalmente pelas formas costumeiras, em vista do reduzido mercado de trabalho formal, para as mulheres da classe média, na segunda década do século XX, começaram a aparecer algumas alternativas profissionais novas.

Em 1917, criou-se o primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado – o Instituto Politécnico. Nele estudavam pessoas de ambos os sexos. Na primeira turma, matricularam-se, junto com os rapazes, algumas moças: no curso de Farmácia matricularam-se duas alunas e 3 alunos; no de Odontologia, 4 alunas e 3 alunos; no de Agrimensura, 7 alunos e nenhuma aluna; no de Comércio, 12 alunos e nenhuma aluna. Entretanto, em 1919, no curso de Datilografia desse instituto, formaram-se 12 alunas e nenhum aluno. O Instituto Politécnico, que encerrou suas atividades em 1935, representou, portanto, por algum tempo, para as mulheres da classe média, a possibilidade de exercer uma profissão, fora das carreiras de professora e esposa.

Considerações finais

A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS, DURANTE A PRIMEIRA República, como vimos, passou por uma série de transformações em seu espaço urbano. Simultaneamente a esse processo, é possível perceber a circulação/divulgação de uma série de práticas e representações que buscavam instruir os comportamentos masculinos e femininos dentro do modelo de cidade civilizada que se buscava instaurar. Conforme os artigos publicados nos jornais, homens e mulheres deveriam atuar em esferas separadas. Aos primeiros, caberia o espaço público e o mundo da política. As mulheres deveriam ser constrangidas ao espaço privado do lar, cuidando dos filhos e da administração da casa. Quanto mais os homens e mulheres se aproximavam das representações de gênero valorizadas socialmente, maiores eram as vantagens econômicas, políticas, sociais e psicológicas

que eles alcançariam. Mas estes, certamente, eram a minoria. Para o restante da população, em sua faina diária pela sobrevivência, era preciso saber dosar os valores hegemônicos com as suas próprias representações do masculino e do feminino, para sobreviver na cidade.

Este processo de definição de novas relações de gênero para a área urbana e que podemos observar em diferentes cidades do Brasil, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, não foi necessariamente seguido pelas camadas populares e nem mesmo pelas camadas médias. E, se como já salientou Foucault, embora os projetos conservadores tenham o péssimo costume de se concretizar, este certamente foi um projeto que não vingou. Mulheres e homens instituíram suas próprias relações, dosando normas divulgadas com práticas antigas. As nítidas diferenças instituídas entre homens e mulheres não conseguiram se estabelecer como sonharam os projetos de modernidade para a vida urbana. Toda uma área cinzenta permaneceu, garantindo a existência daquelas pessoas que não seguiam as normas. Afinal, as identidades de gênero são negociadas conforme as circunstâncias.

PERIÓDICOS

Gazeta Catarinense, n. 197, 05/09/1908.

O Estado, n. 1129, de 07/02/1902.

O Dia, n. 4312, de 06/08/1909.

República, n. 211, de 18/06/1919.

República, n. 29, de 01/11/1918.

O Estado, n. 1357, de 11/11/1919.

O Estado, n. 1084, de 19/12/1918.

República, n. 372, de 01/01/1920.

O Dia, n. 4363, de 09/10/1909.

O Estado, n. 704, de 09/09/1917.

O Dia, n. 3006, de 10/03/1908.

O Dia, n. 4087, de 20/10/1908.

O Dia, n. 4059, de 15/09/1908.

O Estado, n. 3809, de 12/02/1927.

A Opinião, n.39, de 01/04/1915.

O Dia, n. 1804, de 02/03/1907.

O Estado, n. 3791, de 22/01/1927.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Hermete Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1989.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARBOSA, Renato. *O Garoto e a Cidade* (Florianópolis dos anos 20). Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo: o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984;
- GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: hombres, honor y cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2000.
- MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007.
- MACHADO, Vanderlei. *A saúde da mulher e a virilidade masculina: imagens de corpo e gênero em anúncios de medicamentos. Florianópolis (1900-1930)*. Nuevo Mundo-Mundos Nuevos, Paris, v. 7, p. S/N, 2007.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 2000.
- MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. *Beleza: uma questão de gênero. Rupturas e continuidades na observação de diferenças entre homens e mulheres. Uma leitura a partir da imprensa (1950-1990)*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2005.
- PEDRO, Joana Maria (Org). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. UFSC/SC, 1998.
- PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900 – 1940)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 2000.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina. A Ilha*. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1985.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá - Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

NOTAS

* Artigo submetido à avaliação em 3 de junho de 2009 e aprovado para publicação em 02 de julho de 2009.

¹ Apolo, segundo a mitologia grega, para tornar-se senhor do santuário de Delfos, teve que matar o monstro que o guardava. O deus, além de inspirar os poetas, possuía o poder de curar e também de purificar. Como Febo, ele é por vezes confundido com Hélios, o Sol, do qual possui o brilho. (Mossé, 2004, p. 37).

² Doença provocada por vermes. Diagnóstico obtido através do exame das fezes.

³ A loucura, como se depreende dos artigos dos jornais, era vista também como um caso de polícia. Esta questão fica evidente, por exemplo, numa nota publicada no *O Dia*, que informava que um homem internado no Hospital de Caridade foi transferido do mesmo, a pedido dos médicos, para a enfermaria da delegacia da cidade (O Dia, n. 4363, 09/10/1909).

⁴ Antonieta de Barros foi a primeira deputada negra eleita no Brasil, em 1934, para a Constituinte Estadual, pelo Partido Liberal Catarinense. Nasceu em 1901 e morreu aos 51 anos. É reconhecida como professora, diretora de escolas e defensora da educação.